

O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA COMO CAMINHO PARA DIMINUIR O RACISMO NA ESCOLA

Autor: Maria Leonilde da Silva; Coautor (1) Allan Kardec A. da Mota; Coautor (2) Karla Janaina B. Maciel; Coautor (3) Cátia Silene da Silva A. Pereira.

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; E-mail: leonildehistoria@hotmail.com

Resumo: A população brasileira é formada basicamente pela miscigenação entre três grupos humanos: indígenas, europeus (portugueses) e africanos. Portanto, nossa história político-social, nossa cultura e tradições têm a marca e a influência desses três povos. Essa mistura está presente em todos os aspectos e espaços que permeiam nossa sociedade, na escola não é diferente. Contudo, a percepção dessa miscigenação não nos impede de vivenciarmos muitas situações e atitudes de preconceito e discriminação racial para com esses povos, tanto no âmbito escolar quanto fora dele. Desse modo, acreditamos que o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira venha a contribuir não apenas para o reconhecimento do sujeito sobre a importância desses povos na construção de nossa identidade sócio-histórica, mas especialmente para a formação de sujeitos empáticos, que lutam para diminuir ou evitar atitudes preconceituosas e discriminatórias dentro e fora da escola.

Palavras chave: Identidade, educação, cultura, relações étnico-raciais, preconceito.

INTRODUÇÃO

A instituição da Lei 10.639/03 modificou a lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) de 1996 e tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos educacionais públicos e privados do país, no ensino fundamental e médio e em todas as disciplinas, mas especialmente nas disciplinas de arte, história e literatura brasileira. A lei foi um grande passo na tentativa de diminuir os preconceitos ocorridos na escola. Entretanto, passados 15 anos, percebemos que a referida lei está muito distante de ser cumprida, haja vista as muitas situações de racismo e discriminação racial que ainda permeiam as relações sociais entre os sujeitos escolares.

Sendo a escola um espaço que congrega diversos sujeitos e diferentes saberes, ofertar o ensino da história e cultura dos afro-brasileiros contribui não apenas para o reconhecimento sobre a importância destes povos na construção da história do nosso país, mas acreditamos que possa contribuir especialmente para a formação de sujeitos mais empáticos, que ajudem a diminuir atitudes de preconceito e discriminação, que valorizem sua história e de seus antepassados, que venham a pensar e lutar por uma sociedade mais justa e humana.

Desta feita, pretendemos discutir a importância da escola na efetivação dos conteúdos sobre esses povos, e sua contribuição para oportunizar mudanças de mentalidades e de comportamentos, no que concerne ao ensino para as relações étnico-raciais, bem como a importância da formação docente no sentido de engajar o professor na luta contra o preconceito e a discriminação racial.

Diante de um contexto social que reproduz atitudes racistas, de desrespeito e discriminação, dentro e fora do âmbito escolar, faz-se necessário discutir temáticas que venham a contribuir para o conhecimento do sujeito acerca de sua história social, cultural e política, ou seja, o conhecimento sobre si mesmo, passando a partir daí a valorizar-se e a valorizar o outro.

A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar porque e o espaço em que se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada um conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. Em segundo, porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta a criança conhecimentos sistematizados sobre o país e o mundo, [...] e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno das questões sociais (PCNs, 2007. P. 23-24).

Assim, destacamos a importância da escola e dos professores na divulgação desses conhecimentos e na tentativa de oportunizar a formação de pessoas que conhecem, valorizam e respeitam suas raízes históricas, tentando combater os preconceitos raciais que estão presentes em suas relações e diferentes contextos sociais. Acreditamos que o estudo da história e cultura africana e dos afro-descendentes oportunizará a formação dos estudantes enquanto cidadãos e sujeitos sociais, capazes de respeitar e conviver com a pluralidade cultural que os rodeia.

Considerando a mestiçagem presente no ambiente escolar, assim como na sociedade brasileira como um todo, faz-se necessário pensar como os conteúdos que versam sobre a história e a cultura africana e de seus descendentes aqui no Brasil, estão sendo trabalhados na escola e se estão contribuindo para uma aprendizagem significativa no sentido de oportunizar o respeito e a valorização as diferenças que permeiam o ambiente escolar.

A proeminência do estudo de assuntos decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana, deve ser componente dos estudos do cotidiano escolar, uma vez que os alunos devem educar-se enquanto cidadãos participativos em uma sociedade multicultural e pluriétnica, tornando-se capazes de construir uma prática democrática (HAMZE, 2015).

Desse modo, entendemos a relevância desses conteúdos não apenas como cumprimento de uma política pública de reparação aos afro-brasileiros por tantos anos de injustiça, marginalização e desrespeito a que foram submetidos, mas por compreendermos ser imprescindível a inserção desses povos e sua história no contexto político, social e educacional brasileiro. “Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira” (BRASIL, 2013, p. 499).

Acreditamos que o ensino da história e cultura dos povos africanos e seus descendentes irá oportunizar a divulgação dos feitos do nosso povo e a ampliação do conhecimento que temos sobre quem somos, em que bases fomos construídos enquanto nação, enquanto sociedade brasileira. Esse é um importante passo na construção de uma identidade coletiva.

Desta feita, pensamos que o acesso dos educandos a essa temática permitirá a compreensão dos processos que constituem a nossa sociedade, porque estes se perceberão como sujeitos pertencentes a essa sociedade e darão suas contribuições para diminuir ou evitar preconceito e discriminação nos diferentes contextos em que estão inseridos.

[...] as identidades sociais tem caráter fragmentado, instável, histórico e plural. Serão as diferenças e semelhanças individuais dos alunos, seus conflitos de valores, necessidades de reconhecimento recíproco com seus pares e julgamentos de imagem de si e dos outros que balizarão a constituição dos diversos grupos no espaço escolar e, simultaneamente, a de suas próprias identidades (CARVALHO, 2012, p. 216).

A esse respeito Garcia (2010) pontua:

“Os padrões de uma identidade coletiva passam pela construção de uma identidade pessoal e cognitiva definida em termos preponderantemente psicológicos: “aprender a aprender”, para desenvolver “competências” necessárias a provisoriedade de um mundo em constante transformação” (GARCIA, 2010, p. 451).

Assim, a construção de uma identidade coletiva do sujeito perpassa antes de tudo, pela construção de sua identidade individual, esta é singular em cada pessoa, isso só será possível a partir do momento em que os educandos conhecerem sua história, valorizando-a e respeitando-a, compreendendo-a como parte de si mesmo e daquilo que são.

METODOLOGIA

Para que este trabalho pudesse ser realizado nos debruçamos em vasto material bibliográfico, na intenção de obter material que possa referenciá-lo. Entendemos assim, que esta é uma pesquisa bibliográfica, o que segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 183) se apresenta como:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão.

Desta feita, a pesquisa bibliográfica contribui para a elaboração de novos conceitos e o aprimoramento dos conhecimentos já acumulados, oportunizando a partir das leituras realizadas, a construção de novos conhecimentos.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Assim, vimos na pesquisa bibliográfica o ponto de partida para responder a nossas indagações e elaborar novos pensamentos e reflexões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A importância da escola no combate ao preconceito

Uma das funções da escola é educar para a prática da democracia e o exercício da cidadania. Desta feita, é preciso que se construa junto aos estudantes uma mentalidade que valorize o coletivo, que respeite a diversidade de sujeitos e pense em um convívio social fraterno, inclusivo e justo.

A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, a conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para a consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (BRASIL, 2013, p. 501).

Reconhecer e respeitar o outro em toda a sua diversidade, bem como lutar pela inserção de toda pessoa no conjunto social ao qual ela pertence; perceber cada ser humano como um

sujeito de direitos é um passo muito importante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

[...] se entendemos que conhecer a nossa história e herança faz parte do processo de formação dos sujeitos sociais e se reconhecemos que uma parte significativa da nossa formação histórica e cultural referente a África e a cultura afro-brasileira não tem sido trabalhada a contento pela escola, só poderemos confirmar a importância da inclusão dessa discussão no currículo escolar, mesmo que seja pela força da lei (GOMES, 2010, p.71).

Esse reconhecimento perpassa pela escola, haja vista esse ser um espaço que congrega diversos indivíduos, tanto física, emocional quanto cognitivamente.

A implementação da Lei 10.649/2003 é uma tentativa de reparar as injustiças e marginalizações que acompanham o povo negro e seus descendentes desde sua chegada ao nosso território. Assim a lei se configura como uma política afirmativa, fruto da luta do movimento negro na tentativa de inserir esses sujeitos em seus lugares de direito e de fala.

O movimento negro vem resgatando a sabedoria do conhecimento, da cultura africana no Brasil, sua crítica implícita à sociedade de consumo e ultrapassagem das divisões sexuais, como a polifonia erótica dos orixás e tendo a expressão musical e corporal mais que superestrutura, e sim linguagem de comunicação que ressalta o valor do lúdico (Abramovay; Castro, 2006, p. 35).

Desta feita, é imprescindível que a escola procure através de seu currículo e material didático oportunizar aos educandos os conteúdos referentes a história e cultura africana e afro-brasileira, contribuindo para seu reconhecimento individual e coletivo a respeito de sua história ancestral e sua cultura, a partir daí acreditamos que esses educandos possam se aceitar e aceitar os diferentes sujeitos que estão ao seu redor. “É tarefa da escola fazer com que a História seja contada a mais vozes, para que o futuro seja escrito a mais mãos. É necessário romper o silêncio a que foram relegados negros e índios na historiografia brasileira, para que possam construir uma imagem positiva de si mesmos” (SANTOS, 2001, p. 107).

Como podemos perceber, a escola tem um importante e urgente papel a cumprir no sentido de contribuir para uma educação inclusiva, de modo que aqueles que a fazem não podem se isentar da responsabilidade de lutar por uma educação que seja além de inclusiva, transformadora de mentalidades e comportamentos.

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Tem que desfazer mentalidade racista e discriminatória secular, superando etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos (BRASIL, 2013, p. 501).

Entretanto, apenas a boa vontade da escola e de seus professores não dará conta de ofertar esses conteúdos e assim propiciar o ensino referente aos africanos e seus descendentes. É preciso deixar isso claro em seu currículo, dispor de material didático que contemple as referidas temáticas e professores que possuam conhecimento acerca desses conteúdos. O que nem sempre é fácil, haja vista a pouca formação destinada ao ensino da história e cultura africana e afro-brasileira.

Segundo Gomes (2008, p. 74-75 apud Coelho et al., 2015, p.119):

No Brasil, a educação, de modo geral, e a formação de professores, em específico – salvo honrosas exceções –, são permeadas por uma grande desinformação sobre a nossa herança africana e sobre as realizações do negro brasileiro da atualidade. Ainda quando se fala em África na escola e até mesmo no campo de pesquisa acadêmica reporta-se mais ao escravismo e ao processo de escravidão.

A questão da formação docente traz muitos questionamentos, pois muitos acreditam que o professor é capaz de lidar com as diferentes demandas que lhe são apresentadas, no entanto, o professor não sabe de tudo, considerando seus próprios saberes, vivências, experiências de vida e todo o artefato que contribuiu para a sua formação pode ajudar ou não na realização de seu trabalho cotidiano.

Segundo Oliveira (2014, p. 451);

A sociedade contemporânea demanda que os estabelecimentos e seus docentes estejam em condições de levar em conta eficazmente seus alunos, vindos de meios sociais e linguísticos diferentes, de lutar realmente contra o fracasso escolar, de se mostrar sensíveis às questões culturais, de igualdade de sexo, de estimular a tolerância e a coesão social, entre outras demandas. Para responder às exigências da sociedade e da economia do saber, os docentes devem também estar em condições de desenvolver a autonomia dos alunos e o seu interesse em seguir aprendendo ao longo da vida.

Como podemos perceber não é tão simples para o professor lidar com tantas questões referentes não somente ao processo ensino-aprendizagem, mas a praticamente tudo que envolve o seu alunado. De modo que a formação lhe dar o suporte teórico necessário para a efetivação de seu trabalho, haja vista a importância de se aliar teoria e prática.

A política de formação docente deve ser pensada no sentido de ajudar o professor (a) a conduzir seu trabalho de modo a garantir tanto a aprendizagem do educando, quanto o reconhecimento de sua importância ao longo desse processo. Candau (2015, p.34) defende que as políticas educativas:

[...] sejam inspiradas em valores humanos fundamentais; que enfatizem a dimensão ética, a necessidade de destinar recursos e esforços que favoreçam a qualidade da educação para todos e todas, especialmente os grupos excluídos e discriminados nas nossas sociedades; que reconheçam a diversidade cultural e recuperem uma visão das múltiplas dimensões e setores inerentes aos problemas educativos.. (83) 3322.3222

Uma busca nos cursos oferecidos em algumas universidades brasileiras no tocante ao ensino da História e cultura e afro-brasileira nos mostra que pouquíssimas universidades oferecem curso específico na área. Em nível de especialização foram encontrados apenas na Universidade Estadual da Paraíba (Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil); Universidade Federal do Pampa (Especialização em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e indígena). Cursos com a mesma temática ou semelhantes são oferecidos por portais educacionais ou fundações a exemplo do Mundial Educação e a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o primeiro como especialização e o segundo extensão. São cursos caros, nem sempre o professor pode fazer esse investimento.

Considerando o papel do professor da educação básica nesse contexto de mudanças e necessidades atuais, faz-se necessário pensar de que forma esse professor está sendo formado inicialmente, e para aqueles que estão na ativa há mais tempo: tem acesso a esses conhecimentos? O material didático disponível possibilita a oferta desse aprendizado?

Portanto, devemos considerar a importância dos conteúdos previstos na lei 10.639/03, não apenas como um cumprimento desta, mas, sobretudo como caminho para ressignificar a nossa história e desses povos, se quisermos empreender a mudança que pretendemos em nossa sociedade por meio da educação, pois de acordo com Mészáros (2008, p. 76), “a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora”.

Assim, devemos pensar para além da sala de aula, que cidadãos estamos ajudando a formar, de que maneira estes influenciarão ou contribuirão para as transformações do mundo a sua volta.

CONCLUSÕES

Considerando os inúmeros desafios e percalços que enfrentamos no tocante as questões raciais tanto na escola quanto fora dela, faz-se necessário pensarmos de que modo a escola e os professores podem atuar de modo a diminuir ou superar esses desafios, especialmente para aqueles que sofrem algum tipo de preconceito ou discriminação racial. Acreditamos que uma das formas de reparar as injustiças contra esses povos é trabalhar os conteúdos referentes à temática aqui apresentada a partir dos anos iniciais do ensino fundamental, considerando a maturidade e desenvolvimento educacional do estudante.

Desta feita, estará a educação contribuindo não apenas para a inserção desses povos na história brasileira, mas, sobretudo oportunizando a valorização e o reconhecimento destes como sujeitos sociais, como formadores do nosso povo e dos elementos que nos identificam enquanto nação brasileira. Aproximando os estudantes da história de seus antepassados, fazendo-os se reconhecer e se identificar com o que estão vendo e conhecendo, construindo a partir daí a sua própria história pessoal e social.

A escola e a educação como um todo, não podem fugir a sua responsabilidade no que concerne a contribuição que devem dar a fim de transformar realidades e provocar mudanças que venham de fato a garantir que todos se sintam incluídos e aceitos na escola, utilizando-se desse espaço e dos diversos momentos de aprendizagem para desenvolver relações de respeito, afeto, empatia e reconhecimento do outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Almerindo Janela. **Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação.** Revista de Educação, n.22. pp. 35-46. Jan/Fev/Mar/Abril, 2003.

ABRAMOVAY, Miriam; Mary G. **Relações Raciais na Escola: Reprodução de Desigualdades em Nome da Igualdade.** Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violência nas Escolas, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001459/145993por.pdf> Acesso em 15 maio 2018.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL (1996), LDB – Lei 9.394/96. Estabelece Leis, Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Brasília, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Brasília, 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm Acesso em: 02 maio 2018.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Brasília: MEC, 2013.*

CANDAU, Vera Maria. Formação continuada de professores/as: questões e buscas atuais. In: **Educação: temas em debate**/organização Vera Maria Candau, Susana Beatriz Sacavino. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: 7letras, 2015.

CARVALHO, Leandro. **Lei 10.639/03 e o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana**. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/lei-10639-03-ensino-historia-cultura-afro-brasileira-africana.htm> Acesso em: 12 maio 2018.

CARVALHO, Mauro. **A construção das identidades no espaço escolar**. Revista reflexão e Ação, n.20, nl, p. 209-227, jan./jun.2012.

COELHO, Wilma de Nazaré Baia; SANTOS, Raquel Amorim. Política curricular e relações raciais no Brasil: entre textos e discursos. In: **Educação, história e relações raciais: debates em perspectiva**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

GARCIA, Maria Manuel Alves. **Políticas educacionais contemporâneas: tecnologias, imaginários e regimes éticos**. Revista brasileira de educação, v.15. n.45. pp. 445-455. Set/Dez. 2010.

HAMZE, Amélia. **História e cultura afro-brasileira**. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/historia-e-cultura-afro-brasileira.htm> Acesso em: 05 maio 2018.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. [Tradução Isa Tavares]. – 2. ed.- São Paulo: Boitempo, 2008.

NASCIMENTO, João. **Ações afirmativas e políticas públicas de inclusão social**. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/sociologia/acoes-afirmativas-politicas-publicas-inclusao-social.htm> Acesso em: 15 maio 2018.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os docentes no Plano Nacional de Educação: entre a valorização a de profissionalização. **Retratos da escola- Dossiê: PNE 2014-2024: desafios para a educação brasileira**, Brasília, v.8, n.15, julho a dezembro de 2014, p.447.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília, MEC, vol. 10, 1997.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 4ª Edição, revista e aumentada. – São Paulo: Intermeios, 2015.

ROCHA, Solange P. Imagens (des) encobertas sobre população negra, povos indígenas e mulheres nos livros didáticos. In: FLORES, Elio Chaves. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. (Orgs). **Educação em direitos humanos & educação para os direitos humanos**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, pp.153-167.